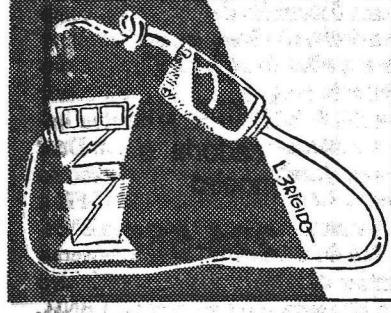


Combustível

provavelmente iniciada, mediante depósito bancário, até 23 de julho passado, antecipações das prestações, e ampliação de área de operação, solicitadas a qualquer título. Esse instrumento permitia a seus portadores adquirir outro bem — um videocassete por exemplo — em lugar do carro. Foi vetada a emissão de carta de crédito. Consorciado que já possua carta de crédito poderá exigir da administradora sua substituição pela autorização de entrega do produto.

Esta entrega de bens — somente por sorteio — será feita após autorização de faturamento e entrega, intratransferível, emitida pela administradora do consórcio, contendo: qualificação do consorciado, valor do bem, precisa especificação do bem, emissão de nota fiscal.

Notas falsas

"O tráfego de notas falsas" representará um dos principais riscos do sistema de cobrança do empréstimo compulsório sobre o consumo de gasolina e álcool, segundo o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo, Gil Siuffo.

Os postos de gasolina não possuem notas fiscais, já que recolhem o Imposto Único sobre Óleos e Lubrificantes. Para passar a adotar o sistema de emissão de nota fiscal, o governo precisará primeiro regulamentar sua obrigatoriedade — o que ainda deverá demorar algum tempo.

O assunto não é visto com muita simpatia pelos empresários do setor, de acordo com Gil Siuffo. Eles acreditam que, com a adoção do sistema de emissão de notas fiscais, que permitirá ao consumidor reclamar, futuramente, a devolução que lhe parecer mais adequada, os postos terão que realizar contratações para atender à nova função. Como o empréstimo compulsório deverá acarretar redução do consumo de combustível e do faturamento, a situação de emprego poderá complicar-se.

Gil Siuffo adverte que os revendedores estão com suas margens de rentabilidade congeladas desde fevereiro, mas com o aumento do consumo foi possível compensar as perdas, graças à elevação das vendas de gasolina, álcool e outros derivados de petróleo. Nos últimos meses, o consumo de derivados de petróleo e álcool carburante atingiu a média diária de 1 mil 217 barris, sendo o segundo maior volume comercializado nos últimos 24 meses. Este mês, segundo o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo, o consumo já está girando em torno de 1 mil 400 barris diárias, e sem incluir o álcool, em torno de 1 mil 200 barris diárias.

O dirigente do setor também considera impossível estabelecer os níveis de consumo médio por veículo como forma de cálculo da valor das devoluções a serem realizadas. Ele ilustrou com três exemplos: em 1974, o consumo médio anual por carro foi de 2 mil 960 litros; em 1984 caiu para 1 mil 105 litros; no ano passado, voltou a experimentar ligeira elevação, chegando a 1 mil 500 litros.

Gil Siuffo considera também que não há forma de controlar o consumo de táxi, que poderia pagar preços menores pelo combustível adquirido nos postos de serviços. Alguns motoristas poderiam perfeitamente comprar gasolina a preços inferiores para depois revendê-la majorada.

Segundo ele, não há também nenhuma fórmula definida para tratar as locadoras de automóveis, já que os usuários dos carros pagariam o combustível majorado em 28%, enquanto a empresa (verdadeira proprietária dos veículos) acabaria recebendo as devoluções correspondentes.

O governo deveria ter assumido publicamente a necessidade de aumentar diretamente os preços da gasolina e do álcool — conclui Gil Siuffo.

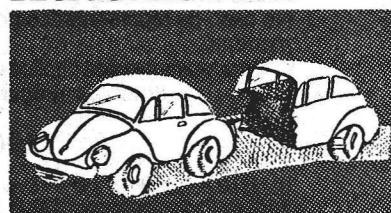
Corrida aos postos

Ganhar alguns cruzados na diferença de preço no álcool e gasolina de ontem e de hoje, que acreditam já incluir o compulsório de 28%, foi a razão do aumento do número de motoristas abastecendo nos dois postos de maior movimento da Zona Sul. No final da tarde de ontem, cerca de 40% a mais de carros do que em dias anteriores lotavam o posto da Catacumbe, da propriedade da Companhia Mercantil Itaiapava, que funciona o dia inteiro.

No posto da ESSO, na esquina de Vieira Souto e Epitácio Pessoa, à medida que a noite avançava, crescia o fluxo de veículos querendo encher o tanque antes do fechamento às 20h. Os freqüentistas calculavam em 20% o aumento do número de carros, o que chegou a provocar, várias vezes, um início de engarrafamento na Vieira Souto, porque a fila para a entrada no posto misturava-se aos automóveis que se deslocavam em direção ao Leblon. Mensalmente, este posto vende 500 mil litros de combustível, enquanto que o da Itaiapava esperava atingir, este mês, o recorde nacional de 2 milhões 400 mil litros.

Quanto você vai gastar para encher o tanque do seu carro

Inicialmente o governo pensava cobrar um imposto compulsório de 25% sobre o preço atual da gasolina e do álcool carburante. No final da tarde de ontem, os técnicos que tratam das mu-

1 Empréstimo compulsório sobre a venda de gasolina e álcool;**2 Empréstimo compulsório de 30% sobre carros zero quilômetro e até um ano de fabricação, 20% até dois anos e 10% com mais de dois anos até quatro anos de fabricação;****3 Taxa não restituível de 25% sobre a venda de passagens aéreas;****4 Taxa extra não restituível de 25% sobre a venda de dólares a turistas;****5 Lançamento de letra hipotecária para captação de recursos para o Sistema Financeiro da Habitação;****Automóveis**

COMPRAR um automóvel novo, do ano, ou até com um ano de fabricação, a partir de hoje e até 31 de dezembro de 89, vai custar para o consumidor mais 30% sobre o preço do veículo. Isto é que estabelece o Decreto-Lei 2.288, assinado ontem pelo presidente José Sarney, que cria também o Fundo Nacional de Desenvolvimento e institui o empréstimo compulsório para a compra de veículos e sobre os preços da gasolina e do álcool carburante.

A cobrança do empréstimo compulsório por um período de três anos para a compra de automóveis de passeio e utilitários, de acordo com o ato presidencial, recai também, no índice de 20%, para a aquisição de veículos com mais de um ano e até dois anos de fabricação e de 10%, no caso de veículos com mais de dois anos e até quatro de fabricação.

O decreto-lei especifica que, nas vendas de automóveis de passeio e utilitários, a cobrança do empréstimo compulsório será feita no momento da aquisição, antes do licenciamento ou da transferência de propriedade. O vendedor reterá uma via do documento da arrecadação do empréstimo e será solidariamente responsável pelo pagamento.

As repartições de trânsito deverão arquivar, no ato da transferência de propriedade de veículo, cópia do documento de arrecadação do compulsório. A Receita Federal se encarregará de baixar, periodicamente, os valores de veículos usados para a determinação do montante do empréstimo.

Estão isentos do pagamento desse empréstimo as compras de veículos com mais de quatro anos de fabricação, quando ocorrer alienação fiduciária em garantia, na compra de veículos destinados à condução de passageiros na categoria de aluguel — táxis — e em casos específicos em ato do ministro da Fazenda.

O valor do empréstimo compulsório ficará indisponível no Banco Central. O seu recolhimento será feito junto à rede arrecadadora da Receita Federal, em documento próprio, especificado em ato do governo.

O resgate desse empréstimo será feito no último dia do terceiro ano posterior a seu recolhimento, efetuando-se o pagamento com quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento e com rendimento equivalente ao das cadernetas de poupança.

O descumprimento parcial ou total do recolhimento do empréstimo compulsório implicará, segundo o ato do presidente Sarney, a automática inscrição no débito público não tributária, com aplicação de multa de 100% para efeito de cobrança executiva.

Diálogo tenso

"Queremos falar com o ministro Fábio". Ouvindo o grito que partia de cerca de cem vendedores de consórcios reunidos em protesto diante do Ministério da Fazenda, o ministro Dílson Funaro resolveu ir de encontro aos manifestantes, em vez de entrar no prédio para presidir a reunião em que o Conselho Monetário Nacional aprovaria as medidas do Plano de Metas. O diálogo começou em clima tenso, embora o ministro mantivesse a tranquilidade.

Ministro, o senhor sabe que as medidas contra os consórcios provocaram desemprego para cerca de 50 mil vendedores? — perguntou, agressivo, o representante dos manifestantes, Antônio Santos, de Goiânia. Se não há o que vender, automaticamente, nós, que somos comissionários, não temos o que ganhar, ministro..."

Calma. O que quero é deixar claro o que precisamos fazer. Você sabe que os consórcios estavam vendendo o que o Brasil não conseguia produzir. Segundo levantamento, só os carros atrasados já somavam 45 mil. Há o lado de vocês, mas também há o dos consorciados: havia

reclamações de todos os lados, gente que pagava e não recebia o de direito. O sistema estava caído no descrédito. Então, pedimos um prazo de 120 dias para podermos levantar a situação em detalhes, com documentos. E em todos os setores onde existem o produto, estamos liberando para que, neste prazo, não exista desemprego para vocês.

— Mas o desemprego existe, ministério — insistiu o vendedor — por que os senhores não encontram outra saída, por exemplo, liberar os consórcios? O nosso problema é grave, ministro. A grande maioria não tem qualquer vínculo empregatício, não somos sindicalizados: falta carro para vender, falta comida na nossa casa...

— Esta falta de vínculo é séria mesmo. Achô, até, que vocês deveriam marcar encontro com o ministro do Trabalho... — reconheceu o ministro Funaro.

— Mas nós cremos que, entre o senhor e seus assessores, há gente competente para encontrar solução. Por exemplo: Por que não contratam montadores de carros estrangeiros? — sugeriu o vendedor.

Neste ponto da conversa o ministro achou a saída e propôs: "Quanto às montadoras estrangeiras, vocês sabem que não é possível. Demandaria tempo e causaria muitos problemas. Mas vamos fazer uma coisa: na sexta-feira, às 10 da manhã, três de vocês estejam aqui, me encontrem no Ministério e vamos conversar. Está bom assim?"

Carros de 81

O empréstimo compulsório sobre os automóveis novos e usados eliminará os especuladores do mercado, na opinião do presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Veículos, José Edgard Pereira Barreto Filho, para quem os automóveis de 1981 para trás sofreram também uma valorização nos seus preços.

Os veículos abaixo de 1981 não pagaram compulsório e seus preços poderão se elevar em pelo menos 15%. O empréstimo compulsório significa prejuízo para o especulador. Agora, só falta a Sunab permitir que nós escolhemos nossos fregueses. Atualmente a Sunab nos obriga a obedecer uma lista de espera — afirmou Pereira Barreto.

No análise de Pereira Barreto, ele leva em consideração o fato de que o depósito compulsório praticamente é a cobrança do ágio, que, por sua vez, representa o aumento que a indústria automobilística não conseguiu.

— Quando a indústria terá um real ajuste de preços? Isso seria importante. O ágio cobrado nos carros, em geral do redor de 25%, era um reflexo do que se publicava sobre defasagem de custos da indústria automobilística. O governo tem que acertar a situação da indústria, que pelas informações que temos está com seus custos defasados — concluiu.

Detran congestionado

A instituição do compulsório sobre o valor das transações com carros novos e usados surpreendeu até mesmo o diretor do Detran do Distrito Federal, Jonas Torraca, que comprou um carro há dois meses e só então resolveu providenciar a transferência, temendo a sobretaxa que passa a vigorar a partir de hoje.

Em dias normais, o Detran atende, diariamente, em Brasília, 200 pessoas em média para regularizar as transações com veículos usados. Ontem, este número subiu para 700 só entre 11h30m às 15 horas. "Nós esperávamos o aumento de pessoas com esta medida adotada pelo governo através do Plano de Metas, mas não nesta proporção", comentou o diretor do Detran. Na manhã de ontem, Torraca observou que nem ele, nem o contribuinte tinham "o mínimo conhecimento" das medidas econômicas tomadas pelo governo no final da tarde.

Do lado de fora do prédio do Detran, aos fundos do Palácio do Buriti, sede do governo de Brasília, os despachantes cobravam Cr\$ 300,00 para "aliviar o desespero" dos que preferiam abreviar a burocracia diante dos guichês, onde 31 funcionários perderam o almoço para atender à corrida dos proprietários de carros novos e usados.

— O Detran não vai conseguir resolver o tumulto, então a gente quebra o galho — disse um despachante, que só no período da tarde atendeu a 50 pessoas. Antes do anúncio do empréstimo com-

pulsório, o mesmo despachante encaminhava a documentação de apenas 2 pessoas, em média, por dia.

As agências de viagem de Brasília estiveram à beira do colapso, segundo o gerente da Trejetura Turismo, Wagner de Lima, que comanda um grupo de 11 funcionários. "As 18 empresas aéreas que operam em Brasília não tinham condição de emitir bilhetes e passaram todo esse trabalho para as agências de viagem", disse ele.

Na Bradesco Turismo, agência do setor comercial, no centro da cidade, o subgerente Renato Wenderley do Amaral disse ter vivido um "dia de cão". Ele e o gerente tiveram de ajudar os 15 funcionários na emissão de passagens aéreas para o exterior.

Custódio Toscano Filho, da Toscano Turismo, disse que o Plano de Metas apressou os passageiros que estavam indecisos. "As autoridades brasileiras precisam tomar aulas a Espanha e em Portugal para fazer do turismo nacional uma fonte de renda e não uma fonte de pressão sobre os usuários", recomendou.

Maior movimento

Em Porto Alegre, o movimento nos bancos, cartórios, Polícia Federal e Detran foi intenso durante todo o dia. No 1º tablonário, cartório do Centro da cidade, na parte de tarde 200 pessoas reconhecem a firma de documentos referentes à venda de carros e transferências de veículos.

Na divisão de veículos da Polícia Civil foram expedidos cerca de 700 pedidos de negativa de multas para transferências de automóveis e registros de carros. Na seção de vistoria, as pessoas formaram filas para apresentar documentação de veículos do interior e de outros Estados, para posterior emplacamento. O delegado José Valente Pereira da Silva classificou o movimento como surpreendente. Informou que só durante a tarde houve 900 solicitações para licenciamento de carros, alguns antes do prazo. As filas foram grandes também nos setores de câmbio dos bancos, onde as pessoas tentavam trocar dólares para viagens ao exterior. Na polícia marítima, aérea e de fronteira da Polícia Federal, mais de 300 pessoas fizeram seus passaportes.

"Carros" continuam

No Rio, os donos de carros grandes como Dodge Dart e Ford Galaxie, que tinham-se animado a utilizar mais o automóvel com o conglomerado do preço da gasolina, esperam a definição das medidas do Governo para saber o que fazer com seus automóveis. A tendência deles é continuar usando os carros. O conforto, a segurança, as taxas mais baratas e o seguro contra roubo bem em conta compensam os gastos com gasolina, é o argumento.

— A gasolina vai aumentar, mas quem tem carro econômico também sofrerá com esse aumento, com a diferença que quem tem carro mais novo paga IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotivos) e seguro bem mais caros que eu — afirmou Paulo Castilho, engenheiro, dono de um Ford Landau.

O empresário José Clóvis de Araújo Silveira, que tem fábrica de roupas infantis e femininas na Praça da Bandeira, sempre foi um apreciador de carros grandes. Fiel comprador dos modelos da Chrysler do Brasil, José Clóvis tem carros grandes desde 1973. Teve um Dodge Charger, o modelo esportivo da Chrysler — "o tipo de linha de automóveis que eu gosto" — mas durante os aumentos sucessivos do preço da gasolina, desistiu desses carros. Até que há dois anos, depois de admirar por algum tempo o Dodge Baron, 1979, de um conhecido, decidiu comprá-lo. Pagou Cr\$ 8 mil.

José Clóvis já recebeu proposta de compra do Le Baron por Cr\$ 55 mil em junho passado, mas não vai vendê-lo. É com ele que vai e volta do trabalho, num percurso entre o Grajaú, onde mora, e a Praça da Bandeira. De vez em quando viaja o Le Baron para São Paulo: "É uma maravilha, oferece segurança e é muito confortável". Encher o tanque não chega a ser um problema — são 107 litros — porque normalmente usa pouco o carro, que está bem conservado.

O jornalista Tarso de Castro tem um Dodge Dart que não é tão bom conservado como o de José Clóvis de Araújo. A médio prazo, poderá acontecer uma recuperação da ordem de 25%, mas o prejuízo do setor já terá acontecido, acrescenta Dalsenter. "O desempenho setorial em 1986 será muito inferior ao de 1985". Ele acredita que, diante do quadro brasileiro, operadores de países tradicionalmente emissores de turistas rumo ao Brasil tomarão medidas de represácia, como o desvio de pacotes turísticos para outros mercados.

Segundo Dalsenter, o setor esperava crescimento da atividade após o Plano Cruzado, mas essa expectativa foi frustrada pelas novas medidas governamentais.

As grandes mudanças

6 Criação de nova caderneta de poupança, com taxa livre de remuneração, mas sem a garantia do governo;

7 Permissão para fundos mútuos emitir quotas ao portador, dentro de determinadas condições;

8 Redução de 50% para 45% do imposto de renda das instituições financeiras;

9 Aumento do imposto de renda nas aplicações financeiras de curto prazo e diminuição, para as de longo prazo e;

10 Ato obrigando os fundos de previdência privada a subscrever obrigações de 10 anos que serão emitidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Silveira, mas não se importa: "Meu grande sonho era ter um carro grande como esse."

É um carro que a gente pode deixar aberto quando estaciona, até com as chaves na ignição. É só colocar um bilhete informando que está sem gasolina que ninguém se interessa em roubarlo.

O engenheiro Paulo Castilho, dono de um Landau 1979, cinza chumbo com capota de vinil, vai todos os dias trabalhar de carro. Saindo do Jardim Botânico,